

ESPECIAL | ABERTURA DE SETEMBRO

Tributação, saúde suplementar e seguro rural concentram o radar do início do mês

Entre 1º e 9 de setembro, o período foi marcado por uma decisão tributária de grande impacto no STF, avanço de projetos sensíveis em saúde suplementar e novos movimentos com potencial estrutural em seguro rural, resseguro e proteção patrimonial mutualista.

Data-base: 9 de setembro de 2026 | O fechamento do dia 10 será incorporado em complemento posterior.

09
2026INFORMAÇÃO
QUE CONECTA
PERSPECTIVAS*Legislação,
jurisprudência
e regulação em foco
para um setor mais
forte e sustentável.*

Em uma frase. Se houve uma linha de força nestes primeiros dias de setembro, ela foi a combinação entre pressão regulatória em saúde suplementar, reorganização de frentes legislativas com efeito econômico relevante e um movimento jurisprudencial capaz de alterar o ambiente de negócios do setor.



21

STJ • Seguros



11

STJ • Saúde



19

STF



29

Proposições prioritárias

“

A fotografia do período é nítida: saúde suplementar domina o radar legislativo, enquanto o Supremo abre setembro com um julgamento de forte repercussão econômica para as seguradoras.

Leitura inicial

O consolidado mostra quatro vetores principais. O primeiro é tributário e foi puxado pelo julgamento do Tema 1.309 no STF, com efeito direto sobre as aplicações das reservas técnicas. O segundo é assistencial: a agenda de saúde suplementar continua a se expandir por diferentes vias — reajuste, cancelamento, reembolsos, cobertura, tratamento contínuo e terapias. O terceiro é econômico-regulatório, com seguro rural e resseguro ocupando espaço relevante no Congresso. O quarto é jurisprudencial, com precedentes recentes do STJ que reforçam temas de cobertura, não discriminação e sub-rogação.

ACOMPANHAR
HOJE.
ANTECIPAR
AMANHÃ.

*Instituições
mais estáveis.
Um futuro mais seguro.*

Brasília, DF
ONDE AS DECISÕES
MOLDAM AMANHÃ.

ESPECIAL | ABERTURA DE SETEMBRO

O que realmente moveu o período

Em vez de repetir todos os sinais do radar, esta página reúne apenas os movimentos que efetivamente mudaram a leitura do setor nos primeiros dias do mês.

09
2026

INFORMAÇÃO
QUE CONECTA
PERSPECTIVAS

Fatos que moldam
o setor. Contexto
para ir além
do noticiário.



01 STF

STF encerra julgamento do Tema 1.309 por 6 x 4

Em 2 de setembro, o Plenário concluiu o julgamento sobre PIS/Cofins e afastou a incidência sobre os rendimentos das aplicações das reservas técnicas. É o movimento de maior peso econômico do período, com reflexos em tributação, resultado e solvência.



02 SAÚDE SUPLEMENTAR

Lei 15.492/2026 reforça a vedação de discriminação na admissão

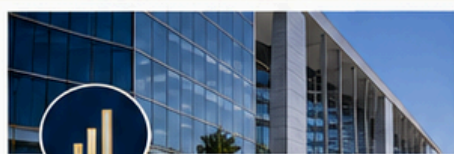
Publicada em 3 de setembro e retificada em 4 de setembro, a norma veda impedir a participação de pessoa com síndrome de Tourette em plano privado de assistência à saúde por motivo da deficiência. O foco recai sobre admissão e não discriminação.



03 CONGRESSO

Seguro rural avança no Senado

O PL 2.951/2024 foi aprovado em 3 de setembro e seguiu à sanção. O texto mexe em subvenção ao prêmio, cobertura suplementar de riscos e governança do sistema, recolocando o seguro rural entre os eixos de transformação estrutural da agenda securitária.



04 CONGRESSO

Resseguro ganha frente econômica própria

Também em 3 de setembro, o PL 3.540/2026 foi aprovado no Senado e remetido à sanção. A proposta reduz a CSLL das resseguradoras locais, afasta o adicional de IRPJ e flexibiliza a compensação de prejuízos em certas hipóteses.



05 REGULATÓRIO

ANS recoloca o custo assistencial no centro do debate

A Audiência Pública 69, com recomendações preliminares divulgadas em 8 de setembro, recoloca na evidência a tensão entre incorporação tecnológica, evidência clínica, custo incremental e sustentabilidade da mutualidade.



06 JURISPRUDÊNCIA

STJ agrega precedentes de alto interesse setorial

Entraram no consolidado decisões sobre discriminação contra beneficiário com TEA, cirurgia robótica em tratamento oncológico e prescrição anual da ação regressiva da seguradora sub-rogada em dano à carga marítima.



No pano de fundo. O PDL 849/2026 mantém acesa a discussão sobre proteção patrimonial mutualista ao buscar sustar a Resolução CNSP 491/2026. É um tema de alcance institucional mais amplo e com capacidade de reorganizar a leitura regulatória do segmento.

“Um setor mais seguro fortalece pessoas, impulsiona o país.”

ACOMPANHAR HOJE.
ANTECIPAR AMANHÃ.

Informe consolidado | 1º a 9 de setembro de 2026

*Instituições
mais estáveis.
Um futuro mais seguro.*

Página 2

ESPECIAL | ABERTURA DE SETEMBRO

Jurisprudência em foco

As decisões dos primeiros dias de setembro mostram um Judiciário atento a temas estruturais do setor, com desdobramentos relevantes para tributação, regulação, reajustes e proteção do consumidor. A seguir, os principais movimentos no STF e no STJ, com a leitura objetiva do que está em jogo e por que importa.

09
2026INFORMAÇÃO
QUE CONECTA
PERSPECTIVAS

Supremo Tribunal Federal

O Supremo abriu setembro com decisões de forte repercussão econômica e manteve no radar temas sensíveis de saúde suplementar. Em outras palavras: a semana entregou resultado tributário relevante e deixou preparados os próximos capítulos em reajuste etário e competência regulatória.

Tema / processo	Situação	Leitura rápida
Tema 1.309 / RE 1.479.774	Julgado em 02/09/2026, por 6 x 4	Afasta PIS/Cofins sobre rendimentos das reservas técnicas, com impacto relevante para o setor.
ADC 90	Vista; retomada pautada para 16/09/2026	Debate sobre reajuste etário em planos antigos segue em aberto.
Tema 381	Retomada pautada para 16/09/2026	Deve dialogar com a ADC 90 no tema Estatuto da Pessoa Idosa.
ADPF 1.258	Julgamento concluído na sessão virtual encerrada em 04/09/2026, resultado 10 x 0	Tema sensível para seguros automotivos, oficinas e compra direta de peças. Corrige-se aqui o status que antes aparecia como "aguardando".
ADI 7.579	Validade do seguro obrigatório de cargas mantida	Decisão relevante para o transporte rodoviário e para o gerenciamento de risco.



Superior Tribunal de Justiça

No STJ, os primeiros dez dias de setembro trouxeram julgamentos e afetações relevantes para o setor, com avanços em temas de crédito rural, saúde suplementar e seguros, reforçando a construção de precedentes que orientam a atuação das empresas e a proteção dos consumidores.

Tema / processo	Situação	Leitura rápida
Tema 1.406	Julgado em 02/09/2026	Suspensão do prazo prescricional em operações de crédito rural, com impacto para seguradoras e instituições financeiras.
REsp 2.217.953/SP	Acórdão publicado; Terceira Turma	Reconhece dano moral em cancelamento discriminatório após ciência de TEA.
REsp 2.235.175/RS	Acórdão publicado; Quarta Turma	Reforça cobertura de cirurgia robótica vinculada a tratamento oncológico.
REsp 2.231.637	Julgado; Terceira Turma	Fixa prescrição anual para ação regressiva da seguradora sub-rogada por danos em carga marítima.
Tema 1.467	Afetação	Discute a demora injustificada na autorização de tratamento e sua possível equiparação à recusa indevida de cobertura.
Tema 1.463	Afetação	Musicoterapia para beneficiário com TEA em foco.

“

Entre decisões definitivas e temas em amadurecimento, o Judiciário sinaliza maior previsibilidade, reforçando o papel da jurisprudência na estabilidade do setor.

ACOMPANHAR
HOJE.
ANTECIPAR
AMANHÃ.Brasília, DF
ONDE AS DECISÕES
MOLDAM AMANHÃ.Instituições
mais estáveis.
Um futuro mais seguro.

ESPECIAL | ABERTURA DE SETEMBRO

Congresso e regulação: onde o radar está mais carregado

A principal imagem do período é a concentração de iniciativas em saúde suplementar. Dos 29 projetos considerados prioritários na base consolidada de 9 de setembro, 20 se relacionam a cobertura, reajuste, continuidade assistencial ou disciplina contratual. O seguro rural aparece logo atrás, menos numeroso, mas com potencial estrutural elevado.

Proposições em destaque no Congresso

Proposição	Tema	Estágio	Impacto
PL 5.349/2025 e apensados	Reajustes de planos	Urgência / Plenário	Muito alto
PL 2.134/2026	Reajuste coletivo	Apensado ao PL 2.387/2024	Muito alto
PL 150/2025 e apensados	Reembolso e cobertura	Aguardando parecer	Muito alto
PL 4.888/2026	Continuidade assistencial / fundo garantidor	Sem despacho ou relator	Muito alto
PL 4.973/2025	Medicamentos orais e doenças raras	Substitutivo aprovado; segue à CCJC	Muito alto
PDL 849/2026	Proteção patrimonial mutualista	Aguardando despacho	Muito alto
PLP 96/2026	Seguro rural / subvenção ao prêmio	Tramitação pendente de confirmação	Alto
PL 2.802/2026 e apensados	Pessoa idosa e saúde suplementar	Aguardando relator	Alto
PL 3.273/2026	Gestação de alto risco	Aguardando relator	Alto

“Saúde suplementar domina o radar legislativo, enquanto o seguro rural, com menor volume de propostas, desponta com relevância estratégica.

Leituras rápidas do ambiente regulatório

ANS

ATUALIZAÇÃO DO ROL EM DEBATE

A Audiência Pública 69 confirma que a atualização do Rol segue sendo um eixo central de pressão econômica e assistencial. O tema deve ser lido em conjunto com a multiplicação de projetos de cobertura obrigatória e com os precedentes recentes em oncologia e terapias.

SUSEP/CNSP

PROTEÇÃO PATRIMONIAL EM PAUTA

A frente normativa mais sensível do período aparece de forma indireta, pelo PDL 849/2026. Ao questionar a Resolução CNSP 491/2026, o projeto projeta efeitos sobre fiscalização, governança e transição regulatória da proteção patrimonial mutualista.

acompanhar
hoje.
antecipar
amanhã.

Instituições
mais estáveis.
Um futuro mais seguro.

Brasília, DF
ONDE AS DECISÕES
MOLDAM AMANHÃ.

ESPECIAL | ABERTURA DE SETEMBRO

Agenda imediata e fechamento editorial

Sem caráter recomendatório, os sinalizadores abaixo apenas delimitam onde tende a se concentrar a próxima onda de notícias materialmente relevantes.

09
2026

INFORMAÇÃO
QUE CONECTA
PERSPECTIVAS



16/09 | STF

ADC 90 e Tema 381 voltam ao radar

A pauta prevista recoloca no centro da discussão o reajuste etário em planos de saúde antigos, com potenciais impactos para beneficiários, operadoras e para a uniformização de entendimentos.



**STF |
ADPF 1.258**

Resultado já incorporado ao consolidado

A nova versão do informe reconhece que a ADPF 1.258 teve resultado definido na sessão virtual encerrada em 4 de setembro, por 10 x 0, e passa a refletir esse desfecho no consolidado.



**STJ |
Tema 1.467**

Cobertura e mora autorizativa seguem sob observação

O repetitivo sobre demora injustificada na autorização de tratamento continua entre os focos de maior aderência prática para o mercado, com potencial de orientar novas decisões.



**Câmara |
PL 5.349/2025**

Pacote de reajustes continua no centro do debate

A tramitação do conjunto de projetos sobre reajuste ainda é a frente legislativa mais sensível em saúde suplementar, com forte atenção de operadores, entidades e parlamentares.



**Câmara |
PL 4.888/2026**

Continuidade assistencial permanece como tema estrutural

O projeto que trata de fundo garantidor e continuidade assistencial segue como um dos pontos com maior potencial de repercussão institucional, com desdobramentos relevantes para o setor.

Fontes oficiais predominantes

- **STF:** Tema 1.309, pauta de setembro, ADPF 1.258 e ADI 7.579.
- **STJ:** temas repetitivos, notícias institucionais e informativos de jurisprudência.
- **Câmara dos Deputados:** fichas de tramitação dos PLs, PLPs e PDLs monitorados.
- **Senado Federal e Congresso Nacional:** matérias legislativas e medidas provisórias de interesse setorial.
- **ANS:** Audiência Pública 69 e documentos do processo de atualização do Rol.
- **Planalto:** Lei 15.492/2026.

Este material foi produzido com o apoio de ferramentas de inteligência artificial. As informações refletem as fontes consultadas até a data indicada, mas podem estar sujeitas a alterações, imprecisões ou atualizações posteriores. O conteúdo possui caráter exclusivamente informativo e não substitui a consulta às fontes oficiais nem a análise jurídica específica de cada caso.

Instituições
mais estáveis.
Um futuro mais seguro.

ACOMPANHAR
HOJE.
ANTECIPAR
AMANHÃ.